

**HABEAS CORPUS Nº 570.674 - PB (2020/0079915-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : JOAO ALVES DO NASCIMENTO JUNIOR  
**ADVOGADO** : JOÃO ALVES DO NASCIMENTO JUNIOR - PB024468  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : SUELTON FERREIRA TAVARES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de SUELTON FERREIRA TAVARES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, nos autos da apelação criminal n. 0000309-43.2019.815.0331.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, nas penas do 157, parágrafo 2º, inciso II, e parágrafo 2º-A, do Código Penal, a uma pena de 10 anos, 04 meses e 13 dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, além do pagamento de 30 (trinta) dias-multa (fls. 10-19).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo defensivo, para reduzir a pena do paciente para 07 (sete) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime fechado, em v. acórdão assim ementado:

*"APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBOS MAJORADOS PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO EM CONTINUIDADE DELITIVA. Art. 157, parágrafo 2º, inciso II, e parágrafo 2º-A, do Código Penal. Insurgência apenas em relação à dosimetria. Pleito de aplicação da atenuante da confissão espontânea. Reconhecimento pela doura sentenciante. Impossibilidade de redução aquém do mínimo. Concurso de causas de aumento de pena (concursos de pessoas e emprego de arma de fogo). Majoração "em cascata". Impossibilidade. Aplicação da regra prevista no art. 68 do Código Penal. Utilização de apenas uma delas (a mais grave). Redução da reprimenda. Extensão dos efeitos ao corréu não apelante.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Identidade fático- processual. Regime de cumprimento de pena. Abrandamento. Inviabilidade. Circunstâncias judiciais desfavoráveis e pena próxima a 08 (oito) anos de reclusão. Recurso parcialmente provido, com extensão ao corrêu.*

*- A atenuante da confissão espontânea, reconhecida em sentença, não autoriza a redução da pena aquém do mínimo legal, nos termos da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça.*

*- Havendo concurso de causas de aumento de pena, aplica-se a regra do art. 68, parágrafo único, do Código Penal, qual seja, limitar-se-á o(a) magistrado(a) a um só aumento, prevalecendo, todavia, a mais grave. Dessa forma, mister o devido ajuste, reduzindo-se a pena.*

*- Não obstante a redução da reprimenda, o regime de cumprimento de pena não comporta alteração, a teor do que dispõe o art. 33, §§2º e 3º do Código Penal.*

*- Se o corrêu que não interpôs recurso de apelação, encontra-se em idêntica situação fático- processual em relação ao recorrente, devem os efeitos desta decisão ser-lhe estendidos, com fulcro no art. 580 do CPP, reduzindo-se, também, sua reprimenda" (fl. 10-11).*

Dai o presente **writ**, onde o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na manutenção do regime fechado para início de cumprimento da pena pelo v. acórdão impugnado.

Para tanto, sustenta, que "[...] o paciente primário, de bons antecedentes, com residência fixa e profissão definida e, o regime inicial para cumprimento da pena DEVE ser o semiaberto que se mostra o mais adequado para o resgate da reprimenda, nos termos do art. 33, § 2º, 'b', do Código Penal" (fl. 6).

Requer, **liminarmente e no mérito**, a concessão da ordem para modificar "[...] o REGIME INICIAL de cumprimento da pena do paciente para o SEMIABERTO, tudo em atenção aos comandos do artigo art. 33, § 2º, 'b', do Código Penal. Por outro lado, também de OFICIO, LIMINARMENTE. Seja REVOGADA a prisão preventiva possibilitando o paciente ser transferido imediatamente para o REGIME MAIS BRANDO de direito" (fl. 9).

É o breve relatório.

**Decido.**

Diante da hipótese de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

**Confundindo-se com o mérito**, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do **Parquet**.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer  
Relator